



Intervenção no PAOD, da Assembleia Municipal de Lisboa de 26 de Fevereiro de 2019

Em primeiro lugar, o GM-PEV redigiu dois votos: um de pesar pelo falecimento do pianista José Carlos Sequeira Costa, e outro de saudação ao Dia Internacional da Mulher. No primeiro recorda-se a vida e o desempenho deste conceituado pianista clássico português. No segundo saúda-se todas as mulheres, em particular as trabalhadoras do Concelho de Lisboa, apelando à continuidade na reivindicação pela igualdade de direitos e de oportunidades.

O GM-PEV apresenta também duas recomendações.

Uma sobre o SIADAP, na qual propomos que a CML interceda junto do Governo para que proceda à revogação do actual sistema, e que inicie um processo de elaboração de um novo sistema de avaliação de desempenho.

Com efeito, têm sido feitos alertas de que os critérios que regem o actual sistema de avaliação têm sido de difícil aplicação, para além de privilegiarem os resultados de exercício e meras percentagens, em detrimento da qualidade e da competência na execução de objectivos e tarefas específicas, induzindo na relação entre os trabalhadores e no próprio ambiente de trabalho uma tendência para o individualismo, em detrimento do trabalho em equipa, pondo em causa a eficácia, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços.

Assim, sugere-se que, em avaliações de desempenho futuras, possa ser dada prioridade nas pontuações a temas como a inovação e a melhoria da prestação do serviço público, tendente a estimular o desempenho profissional dos trabalhadores, com critérios que sejam mais objectivos e permitam uma justa e transparente avaliação.

Já quanto à recomendação para a edificação de um Memorial às vítimas das guerras coloniais, o projecto reporta-se a uma proposta já aprovada em CML há 9 anos, mas, estranhamente, nunca implementada pelo Município.

Trata-se de uma homenagem há muito defendida por antigos militares, incluindo a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, e que representaria uma justa sinalização da participação de muitos milhares de jovens na Guerra Colonial, promovendo uma singela reparação, mesmo que simbólica, pelas consequências sofridas pelos cidadãos vítimas daqueles conflitos armados.

Recorde-se que, entre 1961 e 1974, segundo dados do Estado-Maior General das Forças Armadas, as guerras coloniais mobilizaram 150 mil efectivos militares, sorvendo mais de 90% da juventude portuguesa masculina. Durante os treze anos de guerra, morreriam mais de 8 mil homens e ficariam feridos ou incapacitados cerca de 100 mil portugueses, cerca de 23% do contingente 'metropolitano' e 77% dos soldados recrutados nas próprias colónias, para além de inúmeras vítimas mortais, entre civis brancos e negros.

Estas guerras provocaram ainda ferimentos e deficiências físicas em cerca de 20 mil militares portugueses, dos quais 5.120 com grau superior a 60%, estimando-se que entre os africanos o número tenha sido muito superior. No total, mais de 100 mil terão ficado psicologicamente afectados.



Os Verdes propõem por isso que, para além de dialogar com as associações militares e de deficientes, a CML proceda finalmente ao lançamento da ‘primeira pedra’ em data considerada significativa para esse justo tributo público.

Quanto às recomendações nºs 3 e 4, tratando-se de princípios meritórios, sustentam a promoção de parcerias ou isenções fiscais a privados, as quais não podemos acompanhar.

No caso da recomendação nº 8, diz-se, e bem, que o monumento é propriedade do Estado, pelo que terá de ser a própria paróquia, e não os serviços municipais, a proceder ao levantamento, apresentar à tutela os elementos que requerem manutenção ou restauro e a promover apoios de parcerias e mecenato, como também já terá clarificado a própria DGPC.

Na recomendação nº 9, recordamos que o artigo 2º do D.-Lei nº 276/2001 define que a ‘Autoridade competente’ para actuar perante a ocorrência destes casos é a Direcção-Geral de Veterinária, coadjuvada pelas direcções regionais de agricultura, a Direcção-Geral de Administração Autárquica, e a GNR e a PSP, enquanto autoridades policiais, mas não a Câmara Municipal de Lisboa.

J. L. Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “Os Verdes”